

Forte

Adler Homero Fonseca de Castro¹

A palavra “forte” tem sua origem no latim, vem de *fortis*, que significava “rijo” ou “robusto”. Só no século XIII passou a ter o outro significado atual, o de posição fortificada, quando esse tipo de construção passou a substituir os castelos. Apesar dessa data tardia, é evidente a associação mental que foi feita entre uma construção defensiva e um termo que indica algo “rijo ou robusto”: a função de uma fortificação é ser poderosa, capaz de opor resistência a um assalto inimigo. Secundariamente, tinha que ter a capacidade de impressionar os próprios moradores que são defendidos por elas ou intimidar um possível atacante. Essas são características compartilhadas por todas as fortificações, e daí se entende a associação genérica que se faz entre a palavra forte e obra fortificada, sendo praticamente todas as obras defensivas modernas chamadas como tal ou, por seu superlativo, *fortaleza*.

Entretanto, forte, além de se remeter ao aspecto psicológico e simbólico de uma estrutura resistente, é um termo que tem um significado técnico preciso que o diferencia dos outros tipos de obras defensivas, o *reduto*, a *bateria*, a *fortaleza* e a *praça forte*. É uma construção fechada, isto é, com defesas por todos os lados, capaz de resistir a um ataque mais ou menos prolongado. Sua construção tem que possibilitar a seus ocupantes usarem suas armas contra um possível inimigo, o que é uma característica de todas as fortificações, pois sem essa possibilidade, essas estruturas seriam apenas abrigos. Para poderem resistir a um assédio, têm quartéis e paióis – depósitos de munição e alimentos –, o que os diferencia dos fortins, que não precisam desses prédios de apoio. Finalmente, se distingue de uma fortaleza por ser uma construção única, independente de outras, apesar de poder ser subordinada a uma obra de maior porte, uma fortaleza ou praça forte.

Os fortes do período moderno, tendo surgido no Renascimento, tinham o flaqueamento, a proteção por meio de disparos de suas muralhas, feito por baluartes, pelo menos até meados do século XIX, sendo feitos com variantes do *traçado italiano*. Um tipo comum no Brasil foi o forte quadrado ou retangular, com quatro baluartes, o

¹ Graduado em História (UERJ), mestre em História Social (PPGH/UFF), doutorando em História Comparada (PPGHC/UFRJ). Pesquisador do IPHAN, do Centro de Pesquisa de História Militar do Exército (CEPHiMEx), sócio do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, conselheiro do Museu de Armas Históricas Ferreira da Cunha (MAHFC) e Curador de Armas portáteis do Museu Militar Conde de Linhares (MMCL).

que se considerava como a menor posição defensiva viável isoladamente, apesar de haver algumas com menos baluartes ou mesmo de traçado irregular, usando outros meios de flanqueamento, como tenalhas ou meios-baluartes.

Os fortes não eram o tipo mais adequado de defesa de comunidades, por terem um tamanho relativamente reduzido, se destinando mais a proteger uma barra, a entrada de uma baía ou ancoradouro, a passagem de um rio ou mesmo uma estrada. Podiam ser também *cidadelas*, fortificações que compunham as praças fortes e onde os defensores se abrigariam no caso das muralhas da cidade terem sido rompidas por um inimigo. A cidadela também podia ser o local onde a guarnição pudesse controlar uma população hostil: em 1821, quando do incidente do *Fico*, a recusa do Príncipe Regente, Dom Pedro, de retornar a Portugal, as forças portuguesas que estavam no Rio de Janeiro, na tentativa de controlar a população local, ocuparam o forte do Castelo, que tinha sido construído como uma das duas cidadelas da cidade, a outra sendo a fortaleza da Conceição, tombada pelo IPHAN (Processo 155-T-38, inscrita, em 24 de maio de 1938, nos livros do Tombo de Belas Artes e Histórico). A tentativa portuguesa não deu certo pelo fato de o forte do Castelo não estar em bom estado na época.



Projeto do General Massé para a construção do muro da cidade do Rio de Janeiro (letra “S”). Com a letra “A”, a fortaleza do Castelo, e na letra “Q” aparece a da Conceição, as duas cidadelas da cidade (CASTRO, 2009).

No Brasil, onde o urbanismo militar nunca teve um grande desenvolvimento, por causa de uma maior autonomia local, o uso de fortes para a defesa urbana foi muito comum. Tinham o problema de não serem muito eficientes para a defesa urbana, por

não formarem uma muralha contínua que impedisse que uma cidade fosse tomada por forças que se infiltrassem entre um forte e outro. Por outro lado, por serem obras isoladas e de tamanho e complexidade mais reduzidos, podiam ser feitas com menos recursos e em menos tempo, tendo a vantagem de não impedirem o desenvolvimento urbano. Esses eram fatores importantes quando pensamos que as fortificações no Brasil Colonial eram, de forma geral, resultado de projetos locais, decididos pelos governadores das capitanias e pagos por impostos recolhidos localmente. Com o sistema de fortes isolados, as cidades podiam crescer ao redor deles, como de fato aconteceu em várias capitais do Brasil.

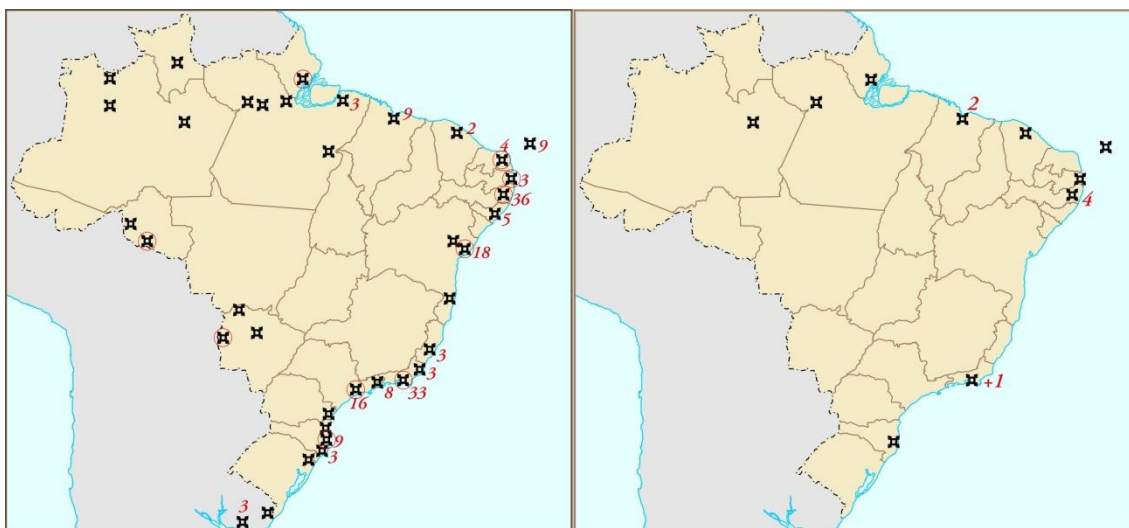
As regiões urbanas de muitas cidades ainda hoje têm remanescentes de várias fortificações: Salvador com onze fortes; Recife, oito; o Rio de Janeiro, 25. A maior parte das quais se tornou inútil já no século XIX, justamente por causa do crescimento urbano, que eliminou os campos de tiro, a área coberta pelos disparos dos canhões dos fortes. Na verdade, a situação ideal de um amplo campo de tiro ao redor de uma fortificação – a legislação colonial previa uma área de até 1.320 metros de entorno (BRASIL, 1941) –, é muito rara no Brasil, um dos poucos casos onde isso ainda é parcialmente visível é a fortaleza de São José de Macapá, Macapá, AP, tombada pelo IPHAN, (Processo 423-T-50, inscrita, em 22 de março de 1950, no Livro do Tombo Histórico). Em alguns casos, o crescimento urbano foi tão intenso, que chegou a destruir elementos externos das fortificações, especialmente as estruturas relativas aos fossos, como foi o caso do forte do Barbalho, Salvador, BA, (Processo 551-T-56, inscrito, em 9 de janeiro de 1957, no Livro do Tombo Histórico).



Forte do Barbalho, foto do *googleearth*. A construção foi totalmente cercada por prédios, sendo visível ainda a contraescarpa do fosso, seu limite externo. O terreno de 33 metros ao redor das fortificações que é de propriedade da União foi invadido por prédios particulares, sem relação com a fortificação.

A conjunção da relativa ineficiência defensiva dos fortes isolados, o crescimento urbano, bem como a mudança que ocorreu com a Independência do Brasil, quando a responsabilidade pela defesa deixou de ser dos governos locais, passando a ser, em grande parte, do governo central, fizeram com que o sistema de fortes construído no período colonial fosse sendo abandonado.

Dessa forma, em 1829, havia 191 fortificações ativas no Brasil, com 1.490 canhões (REGO MONTEIRO, 1927). Após a Regência, com a diminuição do papel das forças armadas na política nacional, só havia 15 fortificações classificadas como de 1ª e 2ª Ordem, em posições ativas, as outras estavam, para todos os efeitos, abandonadas. Todas as fortificações coloniais foram desativadas, já tendo sido substituídas por outras mais modernas.



Mapa com as fortificações existentes no Brasil em 1829 e em 1857, mostrando, por um lado, a difusão de defesas no período colonial, que definiram o território nacional. O segundo mapa mostra a mudança de política militar que veio após a Independência (CASTRO, 2009).

As novas fortificações do período Republicano, das quais foram feitas treze, eram todas chamadas de “fortes”, mas a maior parte delas era apenas baterias, posições de canhões abertas, sem maiores defesas aproximadas. Apenas três delas podem realmente ser classificadas como fortes; todas construídas para a defesa da capital do país, o Rio de Janeiro: da Lage, Imbuí e Copacabana, este último tombado pelo IPHAN (Processo 1307-T-90, inscrito no Livro Histórico em março de 2011).

De qualquer forma, os fortes construídos mostram como o território foi definido pela fixação de pontos extremos nas fronteiras, por meio de defesas e instalações militares. Isso por causa do grande número de obras no país, havendo

registro de pelo menos 1.300 fortificações feitas ao longo de quinhentos anos. Dessa forma, há muitas cidades que têm fortes em suas malhas urbanas, estas últimas sendo uma das ligações mais visíveis com um passado, muitas vezes idealizado, de ações militares gloriosas, repressão a rebeliões, defesa contra piratas. De forma mais real, essas construções são simbólicas da atuação e presença do governo. Todos esses elementos tornam os fortes facilmente associados ao patrimônio histórico e artístico nacional, fazendo com que muitos deles fossem tombados pelo IPHAN. Hoje em dia há 66 fortificações protegidas, individualmente ou em conjunto, a maior parte, fortes, sendo esta uma das categorias mais representativas entre os bens protegidos (ROSA, 2014).

Fontes consultadas:

BRASIL. *Decreto-lei 3.437*, de 17 de julho de 1941. Dispõe sobre o aforamento de terrenos e a construção de edifícios em torno das fortificações. Rio de Janeiro/DF, 1941.

CASTRO, Adler Homero Fonseca de. *Armas. Muralhas de pedra, canhões de bronze, homens de ferro: fortificações do Brasil, 1503-2006*. 1º vol. Rio de Janeiro: FUNCEB, 2009.

REGO MONTEIRO, Jonathas da Costa do. Relação dos fortes Existentes no Brasil em 1829 com indicação de seu armamento. *Revista Militar Brasileira*, jul.-set., 1927.

ROSA, Thais Felipe. *Ruínas do Forte São Joaquim: o uso turístico e a preservação do patrimônio cultural*. 2014. Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação), Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro, 2014.

Como citar: CASTRO, Adler Homero Fonseca de. Forte. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. 2ª ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016. (verbete). ISBN 978-85-7334-299-4.